



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9550 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT06 - Educação Popular

INCIDÊNCIA POLÍTICA NA ESFERA LOCAL E O SIGNIFICADO DA EDUCAÇÃO POPULAR: MEMÓRIA DE UM TEMPO PRESENTE

Orlandil de Lima Moreira - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Resumo: O estudo tem como temática investigativa as ações educativas realizadas por instituições e centros de assessoria popular junto aos movimentos populares. Tem como objetivo analisar em que medida as ações educativas populares contribuíram para a incidência política dos movimentos sociais, pela via da participação cidadã nos espaços públicos institucionais, de modo a provocar processos de descontinuidade na cultura política autoritária no âmbito do poder local. O trabalho é resultado de pesquisa realizada na região do Brejo paraibano tendo como tempo histórico os anos de 2000 a 2018. O campo empírico da pesquisa foram as ações educativas realizadas pelo Serviço de Educação Popular (SEDUP). Metodologicamente a pesquisa se caracteriza como documental de caráter qualitativo. Concluímos que as ações educativas desenvolvidas qualificaram os atores locais, dando-lhes condições de argumentação política na esfera pública, na perspectiva da democratização e ampliação da participação cidadã, com presença em diferentes espaços. As condições para a dimensão da participação social continuam favorecidas por uma cultura política tradicional em que as relações políticas são marcadas pelo autoritarismo e a ausência de transparência. A falta de vontade política por parte dos governos locais aparece como um limite para a consolidação e eficiência do projeto participativo.

Palavras-chave: Educação popular. Incidência política. Participação popular.

O presente estudo tem como temática investigativa as ações educativas populares realizadas junto aos movimentos populares por instituições e centros de assessoria popular. A pesquisa tem como objetivo analisar em que medida as ações educativas populares contribuíram para a incidência política dos movimentos sociais, pela via da participação cidadã nos espaços públicos, de modo a provocar processos de descontinuidade na cultura política autoritária no âmbito do poder local.

O debate sobre a participação e os seus desdobramentos em termos da democratização do Estado e da sociedade a partir do processo de transição democrática, chamou a atenção de muitas instituições do campo da Educação Popular, levando educadores/as a pensar sobre qual o papel da Educação Popular nesse contexto político, após o estabelecimento das bases para um regime democrático no Brasil, tendo como marco a promulgação da Constituição Federal de 1988. Nesse período, surgem desafios à participação política dos movimentos sociais, quando passam a caminhar por trilhas participativas de caráter institucional. Por se

constituir em uma experiência recente e incipiente no cenário da participação no Brasil, revelou desafios para as práticas educativas populares que se realizaram junto a diferentes sujeitos, ao mesmo tempo em que exigiu novas análises da realidade participativa.

Esse movimento de ampliação dos espaços de participação para o campo institucional, ao mesmo tempo em que desafiou as organizações da sociedade civil, sinalizou para as organizações populares e ONGs que têm como campo de atuação a Educação Popular, a necessidade de compreender esse novo tempo, de modo a poder continuar colaborando com os sujeitos coletivos. Nesse contexto, surge a seguinte indagação: quais as novas tarefas colocadas para as instituições e centros de assessoria popular que desenvolvem ações educativas/formativas junto aos movimentos sociais frente ao novo contexto político para a participação social?

Nesse novo itinerário político de participação, os educadores/as do campo da Educação Popular, ao identificar as novas demandas que surgem, vão em busca de encontrar ferramentas pedagógicas para dar continuidade ao fortalecimento da participação popular, aspecto sempre presente enquanto objetivo da Educação Popular, em diferentes contextos históricos e políticos em que esse movimento educativo se fez presente.

Refletir acerca das práticas educativas desenvolvidas nesse tempo de transição democrática vivenciado pelo Brasil pós ditadura militar, colocou-se como fundamental para compreendermos a nossa frágil democracia, ou seja, nossa “inexperiência democrática enraizada em verdadeiros complexos culturais”, como já sinalizada por Freire nos seus primeiros escritos (FREIRE, 1967); e como a Educação Popular enquanto movimento educativo e pensamento pedagógico se posicionaria para contribuir com a construção de uma sociedade democrática que estava em andamento.

Tomando como referência essa perspectiva do pensamento de Freire, assim como a trajetória histórica da Educação Popular, guiamo-nos pelo pressuposto de que as práticas educativas orientadas por essa corrente pedagógica podem potencializar as ações políticas que visem à ampliação da democracia.

O trabalho é resultado de pesquisa realizada na região do Brejo paraibano tendo como tempo histórico os anos de 2000 a 2018. O campo empírico da pesquisa foram as ações educativas realizadas pelo Serviço de Educação Popular (SEDUP). Metodologicamente, a pesquisa se caracteriza como documental de caráter qualitativo. Para proceder a investigação, consultamos um conjunto de documentos relativos às ações educativas desenvolvidas pela instituição e a observação participante, o que nos possibilitou averiguar as ações desenvolvidas junto aos movimentos sociais no período estudado.

O Serviço de Educação Popular (SEDUP) tem uma trajetória educativa de 40 anos em sintonia com os princípios da Educação Popular. Atuação que inicialmente se caracterizou como um serviço da Igreja Católica na região do Brejo. Suas ações educativas, junto às classes populares na luta por direitos, sempre estiveram vinculadas aos movimentos sociais nos diferentes momentos de sua trajetória.

Suas ações educativas sempre estiveram em sintonia com as demandas dos movimentos populares, assim como com os contextos políticos. Na primeira década de sua atuação privilegiou sua ação junto aos movimentos sociais do campo e o movimento sindical rural. Na década seguinte, de 1990, ampliou para a área urbana, incorporando em suas ações novos sujeitos e temáticas. Nos anos 2000 a 2018, tempo histórico do presente estudo, consolida a ampliação do território de atuação, os novos sujeitos e temáticas que referenciavam suas ações educativas.

Movimento que foi observado a partir da averiguação das ações educativas que vão delineando as mudanças e continuidades de sua atuação nos diferentes contextos políticos. O ano de 2000 representa um momento importante desse processo de reconfiguração das ações, no sentido que reforçou os processos de participação cidadã na direção da ampliação da democracia na esfera local.

Nesse tempo, um conjunto de atividades educativas se realiza tendo como orientação os elementos pedagógicos e políticos da Educação Popular, como indicam as fontes de pesquisa analisadas, as quais possibilitaram a sistematização das ações, denominadas de “práticas educativas populares”. Nesse movimento investigativo identificamos a presença das temáticas que guiaram a realização das ações educativas em cada período, e como estas estavam vinculadas a processos de capacitação que reforçavam a capacidade de incidência política cidadã no campo das políticas públicas, como sugere o projeto trienal de 2004-2006:

As ações realizadas pelo SEDUP ao longo dos últimos anos têm se direcionado em dois sentidos: o de fortalecer as organizações populares de modo a potencializar a participação dos atores sociais populares para o desenvolvimento de uma cidadania ativa; ao mesmo tempo em que, através de apoio ao fortalecimento das organizações locais, busca desenvolver ações que potencializem as iniciativas voltadas para o desenvolvimento social, que apontem para a conquista de uma melhor qualidade de vida (SEDUP: **Projeto Trienal (2001-2003)**, 2004).

Os projetos trienais do período pesquisado apresentam uma interface entre os seguintes temas: gestão pública, participação cidadã, políticas públicas, os quais direcionaram a realização de um conjunto de ações políticas e educativas, como revela o quadro 01.

Quadro 01 - Temáticas dos projetos trienais

Projetos trienais	Temáticas dos projetos
2001-2003	Gestão pública local e cidadania.
2004-2006	Desenvolvimento local e a questão da democratização e participação na gestão pública.
2007-2009	Participação cidadã, políticas públicas e controle social.
2010-2012	Participação cidadã, políticas públicas.
2013-2015	Participação cidadã e políticas públicas e fortalecendo a sociedade civil para a proposição e o controle social.
2016-2018	Participação popular e empoderamento da sociedade civil para construção de políticas públicas.

Fonte: SEDUP.

Como demonstra o quadro 01, os eixos temáticos das ações educativas apresentam uma sintonia com as problemáticas e desafios vivenciados pelas organizações da sociedade civil e pelos movimentos sociais presentes no contexto político da primeira década dos anos 2000, marcado pela participação em espaços institucionais. Realidade que provocou no campo da Educação Popular uma reflexão de suas práticas políticas e educativas acerca de sua relação com os sujeitos, bem como com os territórios e espaços em que os atores sociais tomam para si a reponsabilidade do exercício de uma cidadania ativa.

As ações educativas populares desenvolvidas ao longo desse tempo buscaram fortalecer a organização e a participação popular, no sentido da ampliação e fortalecimento da

democracia, como parte da contribuição da Educação Popular nesse contexto político. A observação de Pontual sobre o papel da educação a partir do documento do CEAAL intitulado *Educación Popular para una Democracia con Ciudadanía y Equidad*, ajuda a compreender esse processo vivido pela Educação Popular nesse momento.

A Educação Popular constitui uma prática referida ao fazer e ao saber das organizações populares, que busca fortalecê-la enquanto sujeitos coletivos, e assim, contribuir através de sua ação-reflexão ao necessário fortalecimento da sociedade civil e das transformações requeridas, tanto para a construção democrática de nossos países, como para o desenvolvimento econômico com justiça social (CEAAL, 1994, p. 73 *apud* PONTUAL, 2006).

Um tempo em que as ações educativas populares se voltaram para fortalecer a mobilização para a participação cidadã na gestão e o controle social das políticas públicas, no sentido de garantir que os recursos públicos fossem investidos na melhoria das condições de vida da população, configurando-se como um campo de disputa do fundo público que, em tempos neoliberais, estava sendo destinado em sua maior parte para financiar o capital, em detrimento das questões sociais (OLIVEIRA, 1998).

Outro aspecto importante nesse contexto diz respeito à incorporação de outros sujeitos nas ações educativas populares, com uma aproximação e reconhecimento de grupos sociais historicamente pouco representados, para que pudessem se organizar e se mobilizar, e realizar ações de incidência política de suas demandas específicas, como é o caso de políticas públicas para o enfrentamento da violência contra as mulheres, o enfrentamento ao racismo e extermínio da juventude negra.

Quadro 02 - Linhas de ação dos projetos trienais

Triênio	Linhas de ação
2001-2003	Articulação e assessoria aos conselhos municipais gestores de políticas públicas; mobilização dos atores locais; orçamento público local.
2004-2006	Mobilização e organização dos atores locais; educação e cidadania; capacitação dos atores sociais.
2007-2009	Orçamento público e controle social; poder legislativo e participação popular; conselho de gestão de políticas públicas; capacitação sociopolítica.
2010-2012	Mobilização e participação em espaços públicos; educação popular e formação para a cidadania; comunicação e informação.
2013-2015	Estimular e apoiar a organização de grupos e movimentos sociais populares para participação cidadã; investir na formação sociopolítica de organizações populares; fortalecer a capacidade propositiva e de controle social das políticas públicas pelos atores sociais, individuais e coletivos, no âmbito local.

2016-2018	Participação de mulheres na formulação e controle social de políticas públicas, participação de jovens no ciclo orçamentário, visando mais eficácia de políticas públicas para juventude (ênfase juventude negra); comunidades de agricultoras/es familiares e de assentadas/os fortalecidas por produção agrícola inspirada na agroecologia.
-----------	---

Fonte: SEDUP.

Atendendo às novas exigências da participação, as ações educativas se dirigiram para a qualificação da participação cidadã. Nos seis projetos de atividades analisados referentes à pesquisa, observa-se que a ação educativa nesse período teve como eixo a participação cidadã na gestão pública, visando ao fortalecimento da democracia, em particular como indica o quadro 02, com as linhas de ação desenvolvidas no referido período.

Trata-se de um conjunto de ações que visaram fortalecer a organização dos sujeitos populares no sentido de possibilitar o exercício da cidadania para a incidência política, que tem como referência o projeto participativo, resultado da Constituição de 1988. As ações educativas desenvolvidas qualificaram os atores locais, dando-lhes condições de argumentação política na esfera pública, na perspectiva da democratização e ampliação da participação cidadã com presença em diferentes espaços. No entanto, os limites para a efetivação do projeto participativo se revelaram de forma clara, em particular. A inexperiência democrática presente na cultura política, marcada pelo autoritarismo, o personalismo e ausência de transparência não favoreceu a ampliação de processos democráticos, somada, ainda, à falta de vontade política por parte dos governos locais, o que não possibilitou a consolidação e eficiência desse projeto participativo de democratização da sociedade e do Estado.

Referências

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

MARANHÃO, T. A.; TEIXEIRA, A. C. C. Participação no Brasil: dilemas e desafios contemporâneos. *In*: ALBUQUERQUE, Maria do Carmo (org.). **Participação popular em políticas públicas**: espaço de construção da democracia brasileira. São Paulo:

Instituto Pólis, 2006.

OLIVERIA, Francisco. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PONTUAL, P. Educação Popular e Democratização das Estruturas Políticas e Espaços Públicos. *In*: PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (org.). **Educação Popular na América Latina**: diálogos e perspectivas. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2006.

SEDUP. **Projeto Trienal 2001-2003**: Desenvolvimento local e a Questão da Democratização e Participação na Gestão Pública Local. Guarabira/PB: SEDUP, 2004.